



Sexta-feira, 28 de Março de 2014

I Série – N.º 60

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, [www.impresnanacional.gov.ao](http://www.impresnanacional.gov.ao) - End. teleg.: «Imprensa».

## ASSINATURA

	Ano
As três séries	... Kz: 470 615.00
A 1.ª série	... Kz: 277 900.00
A 2.ª série	... Kz: 145 500.00
A 3.ª série	... Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

## SUMÁRIO

### Assembleia Nacional

#### Resolução n.º 6/14:

Aprova a Substituição definitiva do Deputado Alfredo Furtado de Azevedo Júnior, n.º 86 da Lista do Círculo Eleitoral Nacional e a Substituição temporária do Deputado substituto Américo António Cuononoca, n.º 122 da Lista do Círculo Eleitoral Nacional, que passa a integrar a Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e o Grupo Nacional de Acompanhamento aos Parlamntos da América do Norte e Central.

### Ministérios da Administração do Território, e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

#### Decreto Executivo Conjunto n.º 90/14:

Cria a nível das Administrações Municipais a Comissão Municipal de Coordenação e Concertação da Formação Profissional, abreviadamente designada por COMUFOP.

### Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos e do Urbanismo e Habitação

#### Decreto Executivo Conjunto n.º 91/14:

Anula o Despacho Conjunto n.º 8/93, publicado no *Diário da República* n.º 6, I Série, de 12 de Fevereiro, que confisca a favor do Estado, o prédio urbano (parcela de terreno e respectivas benfeitorias), situado em Luanda, Rua Comandante Jika, n.º 101, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o n.º 33695 e inscrito sob o n.º 24662 a favor de «Castilhos, Lda».

### Ministério da Agricultura

#### Decreto Executivo n.º 92/14:

Aprova o Regulamento do Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais.

### Ministério dos Petróleos

#### Decreto Executivo n.º 93/14:

Retira da área de concessão do Bloco 15/06 a área resultante da descoberta de gás no poço Lira, com as coordenadas geográficas e respectivos mapas representados nos anexos A e B e atribui os respectivos direitos mineiros à Concessionária Nacional.

### Banco Nacional de Angola

#### Aviso n.º 2/14:

Estabelece os requisitos mínimos de informação sobre os serviços e produtos financeiros que devem ser disponibilizados ao público pelas instituições financeiras bancárias supervisionadas pelo Banco Nacional de Angola, com sede ou sucursal em território nacional. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Aviso.

### Ministério das Finanças

#### Despacho n.º 716/14:

Subdelega plenos poderes a Américo Miguel da Costa, Secretário Geral, para representar o Ministério das Finanças na assinatura dos contratos de adesão para a prestação de serviços que vinculam as empresas Bloomberg Finance L.P. e a Business Monitor International, no valor de USD 90.000,00 e USD 14.710,00, respectivamente.

#### Despacho n.º 717/14:

Autoriza a constituição da Sociedade Seguradora «BIC Seguros, S.A».

#### Despacho n.º 718/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Anlide Muvuma Pacheco Lufungula, vinha exercendo no cargo de Chefe da Delegação Aduaneira de Katwitwi, do Serviço Regional das Alfândegas do Namibe.

#### Despacho n.º 719/14:

Coloca Helga Portelinha Fortes da Silva Gomes, Técnica Superior de 2.ª Classe, na Direcção Nacional de Impostos, em regime de destacamento.

#### Despacho n.º 720/14:

Nomeia Gilberto Mateus Senga para o cargo de Chefe da Delegação Aduaneira de Katwitwi, adstrita ao Serviço Regional das Alfândegas do Namibe.

#### Despacho n.º 721/14:

Nomeia Simão Dianguini para o cargo de Chefe do Departamento de Navegação e Controlo Aduaneiro, do Serviço Regional das Alfândegas do Lobito.

#### Despacho n.º 722/14:

Nomeia Inácio Morão para o cargo de Chefe do Departamento Técnico, do Serviço Regional das Alfândegas do Lobito.

#### Despacho n.º 723/14:

Transfere Miguel Manuel Constantino Pereira, Técnico Superior de 2.ª classe, da Direcção Nacional de Contabilidade Pública, para a Direcção Nacional dos Orçamentos Locais.

**Despacho n.º 724/14:**

Nomeia Anlide Muvuma Pacheco Lufungula para o cargo de Chefe da Delegação Aduaneira de Santa Clara, adstrita ao Serviço Regional das Alfândegas do Namibe.

**Despacho n.º 725/14:**

Transfere Francisco Manuel Chitula Muriata, Motorista de Ligeiros Principal, do Governo da Província da Lunda-Sul, para a Delegação Provincial de Finanças da Lunda-Sul.

**Despacho n.º 726/14:**

Transfere Cármen Faustina Saveia Pereira Inglês, Técnica de 3.ª Classe, dos Serviços Prisionais para este Ministério, com colocação na Direcção Nacional de Impostos.

**Despacho n.º 727/14:**

Reintegra Ana Maria Luís Francisco Trindade, Técnica Média Principal de 3.ª Classe, no quadro de pessoal deste Ministério, com colocação na Direcção Nacional de Contabilidade.

## Ministério da Administração do Território

**Despacho n.º 728/14:**

Abre o Procedimento Concursal Limitado sem Apresentação de Candidaturas para o Acompanhamento e Fiscalização da Construção de Infra-Estruturas no âmbito do Projecto de Requalificação da Ombala do Reino do Bailundo.

**Despacho n.º 729/14:**

Abre o Procedimento Concursal Limitado por Prévia Qualificação para o Desenvolvimento e Implementação do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território (SIIGAT).

## Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

**Despacho n.º 730/14:**

Desvincula Timóteo Pedro, Chefe de Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística, para efeitos de aposentação.

**Despacho n.º 731/14:**

Concede licença por doença à Edgar Pinto Leitão da Silva, 2.º Ajudante de Conservador, colocado na Conservatória dos Registos do Município da Chibia, por um período de 3 meses.

**Despacho n.º 732/14:**

Revoga a licença registada concedida a Delfina Graciosa Camulombo, 2.ª Ajudante de Notário.

**Despacho n.º 733/14:**

Desvincula Gabriel Macosso, Dactiloscopista de 2.ª Classe, por abandono de lugar.

## Ministério da Educação

**Despacho n.º 734/14:**

Nomeia definitivamente Agostinho Fabrício Paulino, Albertino Lopes, Ana Cafranca Januário, Conceição Albino Caetano, Jacinto Pascoal José António, João José Inácio, Judite João da Cunha, Maria de Lurdes Correia de Carmo, Maria Luzia Fernando Joaquim João Marcolino, Nilton de Jesus Pascoal Inácio Filipe e Victorino José Marcolino Bastos, Professores do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomados, do 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º Escalões.

**Despacho n.º 735/14:**

Nomeia definitivamente António Tomé Pinto, Dira Manuel Fernandes e Henriques Lucas Raúl Diogo, Professores do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomados do 6.º Escalão.

**Despacho n.º 736/14:**

Nomeia definitivamente António Duarte, Ferreira Augusto, Filipe João Kahango, Manuel Cassola Caterça, Mateus Mário Maneco Trigo e Raimundo Domingos, Professores do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomados do 3.º, 4.º e 5.º Escalões.

**Despacho n.º 737/14:**

Nomeia definitivamente Adelina Baltazar Catarino, Alice Naculembe da Costa Ucueiongo, António Feliciano Domingos Lisboa, Armando Fernando, Domingos Filipe Espelho, Emília Gomes Albino Correia, Gerson Dinis Morais Cassoma, Irene Clementina das Neves, Joaquim

Alberto Augusto de Almeida, Luisa Maria da Conceição, Maria Filomena António Francisco, Suzete Nambundo da Costa Paulino Carvalho e Tiago Filipe Narciso, Professores do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomados, do 3.º, 5.º, 6.º e 8.º Escalões.

**Despacho n.º 738/14:**

Nomeia definitivamente Madalena Esperança Vinevala e Melo Sabino Professores do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomados do 4.º e 6.º Escalões.

## ASSEMBLEIA NACIONAL

### Resolução n.º 6/14 de 28 de Março

Considerando que o Grupo Parlamentar do MPLA solicitou ao Presidente da Assembleia Nacional a movimentação de Deputados, designadamente, por perda de mandato por morte, substituição definitiva do Deputado, preenchimento da vaga e integração do Deputado substituto na Comissão de Trabalho Especializada, de modo a conformar ao que estabelece a Constituição da República de Angola e o Estatuto do Deputado;

Considerando que a morte de um Deputado determina, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 152.º e da alínea e) do n.º 1 do artigo 153.º da Constituição da República de Angola a perda do mandato e a substituição definitiva;

Considerando que a vaga ocorrida é preenchida segundo a respectiva ordem de precedência pelo Deputado seguinte da lista a que pertencia o titular do mandato vago, nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do Estatuto do Deputado, «ex vi» do n.º 2 do artigo 153.º da Constituição da República de Angola;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos da alínea f) do artigo 166.º da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada:

- A substituição definitiva do Deputado Alfredo Furtado de Azevedo Júnior, n.º 86 da Lista do Círculo Eleitoral Nacional, titular do Cartão de Eleitor n.º 18338 60235;
- A substituição temporária do Deputado Substituto Américo António Cuononoca, n.º 122 da Lista do Círculo Eleitoral Nacional, titular do Cartão de Eleitor n.º 6080, Grupo 8100, que passa a integrar a Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e o Grupo Nacional de Acompanhamento aos Parlamentos da América do Norte e Central.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 4 de Novembro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

## MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### Decreto Executivo Conjunto n.º 90/14 de 28 de Março

Havendo necessidade de conformar a execução do plano nacional de formação profissional às exigências das comunidades locais em todo o País, de acordo com a realidade específica de cada município, nomeadamente o nível e as necessidades de desenvolvimento económico e social, a disponibilidade e a capacidade de aproveitamento útil dos recursos naturais e humanos, bem como as potencialidades empresariais, entre outros factores;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determina-se:

#### ARTIGO 1.º (Criação)

É criada a nível das Administrações Municipais a Comissão Municipal de Coordenação e Concertação da Formação Profissional, abreviadamente designada por COMUFOP.

#### ARTIGO 2.º (Composição)

1. A Comissão Municipal de Coordenação e Concertação da Formação Profissional integra os seguintes membros:

- a) Administrador Municipal, que a preside;
- b) Responsável dos Serviços Municipais do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional;
- c) Representante de Associações Profissionais;
- d) Representante da Repartição Municipal da Educação;
- e) Representante de empregadores;
- f) Representante de sindicatos;
- g) Representante das autoridades tradicionais.

2. A Comissão Municipal de Coordenação e Concertação da Formação Profissional é constituída por oito membros efectivos sem prejuízo do coordenador convidar até duas entidades em função das características da localidade e das acções concretas a desenvolver.

3. Compete ao Administrador Municipal solicitar aos responsáveis das áreas referidas no n.º 1 do presente artigo a indicação do respectivo representante na Comissão.

4. Os membros a indicar nos termos do número anterior devem ter conhecimento da realidade económica e social do município, bem como domínio e experiência em matéria de formação profissional, de emprego e de gestão de recursos humanos.

#### ARTIGO 3.º (Competência)

1. Compete à Comissão Municipal de Coordenação e Concertação da Formação Profissional:

- a) Proceder ao diagnóstico regular das necessidades de formação, em articulação com os Centros de Formação Profissional e os serviços de emprego;
- b) Apoiar a formação em contexto real de trabalho, possibilitando às entidades empregadoras recrutar e seleccionar recursos humanos em função das necessidades locais;
- c) Assegurar a aplicação dos programas de formação profissional de acordo com as condições do mercado de trabalho local;
- d) Promover programas de inserção ou reinserção profissional dos cidadãos com necessidades formativas e ocupacionais especiais.

2. A Comissão Municipal de Coordenação e Concertação da Formação Profissional reúne-se ordinariamente de dois em dois meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo Administrador Municipal.

#### ARTIGO 4.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho Conjunto dos Ministros da Administração do Território e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

#### ARTIGO 5.º (Vigência)

O presente Decreto Executivo Conjunto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Março de 2014.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, *António Domingos Pitra Costa Neto*.

## MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS E DO URBANISMO E HABITAÇÃO

### Decreto Executivo Conjunto n.º 91/14 de 28 de Março

Pelo Despacho Conjunto n.º 8/93, publicado no Diário da República n.º 6, 1.ª série, de 12 de Fevereiro, foi confiscado o prédio urbano (parcela de terreno e respectivas benfeitorias), situado em Luanda, Rua Comandante Jika, n.º 101, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o n.º 33695, a folhas 186, do livro B-90 e inscrito sob o n.º 24662, a folhas 73, do livro G-25 a favor de «Castilhos, Lda.».

Tendo-se constatado, posteriormente, não ter havido abandono do País por parte dos membros da sociedade proprietária, não se verificado, assim, os pressupostos de facto para a aplicação da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho;

Sendo de considerar tal situação e com o parecer favorável da Procuradoria Geral da República;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 1.º do Decreto Presidencial n.º 226/11, de 17 de Agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, os Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos e do Urbanismo e Habitação determinam:

1.º — É anulado o Despacho Conjunto n.º 8/93, publicado no *Diário da República* n.º 6, 1.ª série, de 12 de Fevereiro, que confisca a favor do Estado, o prédio urbano (parcela de terreno e respectivas benfeitorias), situado em Luanda, Rua Comandante Jika, n.º 101, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o n.º 33695, a folhas 186, do livro B-90 e inscrito sob o n.º 24662, a folhas 73, do livro G-25 a favor de «Castilhos, Lda.».

2.º — O prédio em causa é reintegrado na situação jurídica que existia à data do despacho referido no número anterior.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Março de 2014.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, *Rui Jorge Carneiro Mangueira*.

O Ministro do Urbanismo e Habitação, *José António Maria da Conceição e Silva*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Decreto Executivo n.º 92/14 de 28 de Março

Havendo necessidade de se regulamentar o funcionamento do Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o Regulamento do Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Março de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

## REGULAMENTO DO GRUPO TÉCNICO DE APOIO AOS EMPRESÁRIOS AGRO-PECUÁRIOS E FLORESTAIS

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Natureza)

1. O Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais, abreviadamente designado por GTAEF, é um órgão de apoio técnico e administrativo especializado, sob tutela do Ministro da Agricultura, destinado a promover o agro-negócio e a prestar apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais.

#### ARTIGO 2.º (Atribuições)

Sem prejuízo das atribuições próprias dos diferentes órgãos do Ministério da Agricultura, cabe ao Grupo Técnico:

- Apoiar as iniciativas dos Empresários Agro-Pecuários e Florestais do País;
- Reunir informação pertinente e difundi-la para os interessados;
- Apoiar os agricultores na elaboração de projectos a serem presentes às instituições financeiras;
- Prestar aos interessados a assistência técnica que se julgue necessária para o desenvolvimento da sua actividade;
- Produzir e desenvolver, sempre que entenda necessário, projectos tipo e inclusivos para a exploração de terras agro-pecuárias e florestais.

#### ARTIGO 3.º (Princípios)

1. O Grupo Técnico deve garantir, para além dos princípios da eficácia, eficiência, profissionalismo, simplificação e proporcionalidade, o alinhamento das suas acções com o Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário e com o Plano Nacional de Desenvolvimento.

2. No exercício da sua actividade, o Grupo Técnico deverá manter o máximo de interacção com os Empresários Agro-Pecuários e Florestais e a actuação do mesmo deverá ser em favor desta classe.

#### ARTIGO 4.º (Coordenação e composição)

1. O Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais é coordenado por um Técnico do Ministério da Agricultura indicado pelo Ministro da Agricultura e integra um técnico de cada uma das seguintes áreas do Sector:

- Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária;
- Direcção Nacional de Floresta;
- Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- Instituto de Desenvolvimento Agrário;
- Instituto de Desenvolvimento Florestal;
- Instituto Nacional dos Cereais;

- g) Instituto Nacional do Café;
- h) Serviço Nacional de Sementes.

2. O Coordenador do Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais pode convidar outras entidades pertencentes ou não ao Ministério da Agricultura a participar nos seus trabalhos.

3. O Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais é apoiado por um Secretariado Técnico.

**ARTIGO 5.º**  
(Coordenador)

Compete ao Coordenador do Grupo Técnico:

- a) Convocar e presidir às reuniões;
- b) Dirigir e orientar as actividades do Grupo Técnico;
- c) Orientar, controlar e acompanhar a execução das deliberações do Grupo Técnico;
- d) Apresentar ao Ministro da Agricultura para a aprovação, o Programa de Trabalho e Propostas para o bom funcionamento do Grupo Técnico;
- e) Apresentar mensalmente um relatório de actividades do Grupo Técnico ao Ministro da Agricultura.

**ARTIGO 6.º**  
(Membros)

Compete aos Membros do Grupo Técnico:

- a) Participar das reuniões do Grupo Técnico;
- b) Participar na elaboração dos programas de trabalhos, plano de actividades e orçamento do Grupo Técnico e desenvolver as acções necessárias para a sua implementação;
- c) Elaborar o relatório mensal de acompanhamento das actividades a si alocadas e remeter ao Coordenador do Grupo com a devida antecedência para integração da informação no relatório mensal do Grupo Técnico;
- d) Desenvolver quaisquer outras actividades que lhes sejam alocadas pelo Grupo Técnico.

**ARTIGO 7.º**  
(Reuniões e local)

1. O Grupo Técnico realiza as suas reuniões ordinárias quinzenalmente, opcionalmente às quartas-feiras, numa das salas de reuniões do Ministério da Agricultura.

2. Sem prejuízo do número anterior, o Grupo Técnico pode reunir-se extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Coordenador ou a pedido da maioria dos seus membros.

3. Sempre que for necessário, em razão da especificidade das matérias constantes da agenda, o Coordenador do Grupo Técnico poderá convidar um ou mais membros do Conselho de Direcção do Ministério da Agricultura ou especialistas, cuja participação se justifique.

4. De todas as reuniões do Grupo Técnico serão lavradas actas, que deverão conter a súmula das conclusões das matérias discutidas.

**ARTIGO 8.º**  
(Convocatórias)

1. As convocatórias para as reuniões do Grupo Técnico devem ser acompanhadas de ordens de trabalhos e dos documentos a discutir, os quais devem ser enviados pelo Coordenador aos membros e/ou convidados, com pelo menos cinco (5) dias de antecedência.

2. A convocatória deve ser acompanhada, igualmente, da cópia da acta da reunião anterior.

**ARTIGO 9.º**  
(Secretariado)

1. Para o cumprimento das suas obrigações, o Grupo Técnico de Apoio aos Empresários Agro-Pecuários e Florestais deverá contar com o apoio de um Secretariado Técnico, como o serviço responsável pela preparação e execução das tarefas de natureza técnica e administrativa.

2. O Secretariado do Grupo Técnico deverá dispor de um ou mais técnicos convidados pelo seu Coordenador.

**CAPÍTULO II**  
**Disposições Finais**

**ARTIGO 10.º**  
(Remuneração)

Sem prejuízo da legislação em vigor, os membros do Grupo Técnico, incluindo os funcionários ou especialistas que sejam convidados a participar das actividades do Grupo, poderão ser remunerados ao abrigo do orçamento do Programa de Trabalhos, quando aprovados pelo Ministro da Agricultura.

**ARTIGO 11.º**  
(Apoio Técnico)

Os meios técnicos e materiais necessários ao funcionamento do Grupo Técnico deverão ser assegurados ao abrigo do orçamento do Programa de Trabalhos.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

## MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

**Decreto Executivo n.º 93/14**  
de 28 de Março

Considerando que a Constituição da República de Angola e a Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, determinam que todos os jazigos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos existentes nas áreas disponíveis da superfície e submersas do território nacional, nas águas interiores, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental fazem parte do domínio público do Estado;

Considerando que o Grupo Empreiteiro do Bloco 15/06 encontrou gás resultante da perfuração do Poço Lira, e atendendo que os Estudos Geológicos e Geofísicos planeados para avaliar a descoberta do Poço Lira, bem como o potencial do Gás existente já foram completados;

Considerando que a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol-E.P.) pretende executar, a curto prazo, as operações para desenvolvimento, produção de gás, no campo, designado Lira, sendo que procura adoptar uma posição mais activa, no que se refere ao desenvolvimento do sector;

Considerando que, no âmbito da estratégia da Sonangol-E.P., bem como do Estado Angolano, em geral, e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 29.º do Contrato de Partilha de Produção, o referido campo deve estar adstrito, exclusivamente, à Concessionaria Nacional, para que possa pôr em prática a aludida estratégia;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1. É a área resultante da descoberta de gás no Poço Lira, com as coordenadas geográficas e respectivos mapas representados nos Anexos A e B, retirada da Área de Concessão do Bloco 15/06, cujos direitos mineiros serão atribuídos à Concessionaria Nacional conforme o previsto no n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro.

2. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Março de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

## BANCO NACIONAL DE ANGOLA

### Aviso n.º 2/14 de 28 de Março

Considerando a necessidade de se estabelecerem os requisitos mínimos de informação que as instituições financeiras devem satisfazer na prestação e divulgação ao público das condições em que prestam os seus serviços;

Nos termos das disposições constantes da alínea f) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho, Lei do Banco Nacional de Angola, conjugado com o n.º 2 do artigo 57.º e o n.º 1 do artigo 58.º, ambos da Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro — Lei das Instituições Financeiras, determino:

#### ARTIGO 1.º (Objecto e âmbito de aplicação)

O presente Aviso estabelece os requisitos mínimos de informação sobre os serviços e produtos financeiros que devem ser disponibilizados ao público pelas instituições financeiras bancárias supervisionadas pelo Banco Nacional de Angola, com sede ou sucursal em território nacional.

#### ARTIGO 2.º (Definições)

Para efeitos do presente Aviso, entende-se por:

- a) *Cliente*: — pessoa singular ou colectiva, grupo de pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, coligadas ou não, agindo em conjunto, vinculadas contratualmente a uma instituição financeira a quem esta coloca à disposição, produtos ou serviços;
- b) *Comissões*: — as prestações pecuniárias exigíveis aos clientes pelas instituições financeiras como retribuição pelos serviços por elas prestados, ou subcontratados a terceiros, no âmbito da sua actividade;
- c) *Crédito*: — acto pelo qual uma instituição financeira bancária ou não bancária agindo, a título oneroso, coloca ou promete colocar fundos a disposição de uma pessoa singular ou colectiva contra a promessa desta lhe restituir na data de vencimento ou contrai, no interesse da mesma, uma obrigação por assinatura, tal como uma garantia;
- d) *Empréstimo*: — contrato pelo qual uma das Partes coloca à disposição da outra fundos para que a restitua;
- e) *Indexante*: — índice contratado para a actualização monetária dos valores;
- f) *Data-valor*: — data de contabilização de uma operação, isto é, data a partir da qual uma operação começa efectivamente a ser tomada em conta nos cálculos da instituição financeira e pode ser diferente da sua data de realização;
- g) *Data de disponibilização*: — momento a partir do qual o titular pode livremente proceder à movimentação dos fundos depositados ou transferidos para a sua conta de depósito à ordem, sem estar sujeito ao pagamento de juros pela mobilização desses fundos;
- h) *Despesas*: — os encargos suportados pelas instituições financeiras, que lhes são exigíveis por terceiros, e repercutíveis nos clientes, nomeadamente os pagamentos a Conservatórias, Cartórios Notariais ou que tenham natureza fiscal;
- i) *Depósito*: — contrato pelo qual uma entidade (depositante) confia dinheiro a uma instituição financeira bancária (depositária), a qual fica com o direito de dispor dele para os seus negócios, assumindo a responsabilidade de o restituir, com ou sem juro, no prazo convencionado;
- j) *Dia útil*: — dia da semana, de segunda-feira a sexta-feira, exceptuando os feriados nacionais;
- k) *Tabela de Comissões e Despesas*: — a componente do preço que contém os valores máximos de todas as comissões e o valor indicativo das principais



despesas exigíveis aos clientes no âmbito da comercialização dos produtos e serviços financeiros pelas instituições financeiras, bem como a informação complementar relativa à data-valor e datas de disponibilização de valores creditados em contas de depósito;

- l) *Tabela de Taxas de Juros*: — a componente do preçário que incorpora a informação relativa às taxas representativas praticadas pelas instituições financeiras nas operações mais habituais, bem como a informação complementar relativa às convenções subjacentes ao cálculo dos juros e aos critérios de arredondamento das taxas de juro;
- m) *Meio de comunicação à distância*: — qualquer meio de comunicação que possa ser utilizado sem a presença física e simultânea da instituição financeira e do cliente;
- n) *Preçário*: — conjunto de informação, permanentemente actualizada, relativa às condições gerais com efeitos patrimoniais dos produtos e serviços financeiros, disponibilizado ao público pelas instituições financeiras e composto pelo Preçário de Comissões e Despesas e pelo Preçário de Taxas de Juro;
- o) *Produtos e serviços financeiros*: — todos aqueles que sejam comercializados pelas instituições financeiras, sujeitas à supervisão do Banco Nacional de Angola junto do público.
- p) *Suporte duradouro*: — qualquer instrumento que permita ao cliente armazenar informações que lhe sejam pessoalmente dirigidas, de modo a que este, no futuro, possa aceder facilmente à informação armazenada durante um período de tempo adequado aos fins a que esta se destina, e assim, reproduzir essa informação de forma integral e inalterada;
- q) *Transparência*: — padrão de comportamento que deve ser observado pelas instituições financeiras na prestação de informação e divulgação ao público das condições gerais em que prestam os seus produtos e serviços financeiros;
- r) *Taxa Anual de Encargos Efectiva Global* — (TAEG): — custo total efectivo do crédito, incluindo os juros, comissões, impostos, taxas, seguros, além das demais despesas cobradas ao consumidor ligadas directamente à utilização do crédito;
- s) *Taxa de juro*: — é o preço do dinheiro que o tomador deve pagar ao proprietário do capital emprestado, durante um determinado período de tempo, expresso em percentagem;
- t) *Taxa de juro preferencial*: — a taxa de juro que as instituições financeiras, em cada momento, pratiquem com os seus clientes de menor risco em operações de crédito de curto prazo;

u) *Taxa de juro variável*: — a taxa de juro que varia em função da duração do empréstimo, calculada com base na taxa de juro de referência (LUIBOR), a qual se adiciona ou se subtrai uma margem fixa ou spread;

v) *Taxas representativas*: — taxas de juro que, com maior frequência, as instituições financeiras praticam para as operações mais habituais, em função da sua natureza, finalidade e prazo.

#### ARTIGO 3.º (Deveres de informação)

1. As instituições financeiras devem prestar ao público informações sobre os serviços e produtos que comercializam, de forma visível, completa, verdadeira, actual e inequívoca, devendo estas serem expressas em linguagem clara e objectiva.

2. Para garantir a transparência e a comparabilidade dos produtos oferecidos, as informações referidas no número anterior devem ser prestadas aos clientes antes da celebração do contrato, no momento da sua celebração e durante a sua vigência, e devem incluir a especificação correcta das características do produto, taxas, comissões e despesas, bem como os riscos que os mesmos apresentam.

3. As instituições financeiras devem dispor de um Preçário completo das condições gerais com efeitos patrimoniais de realização das operações e dos produtos e serviços financeiros comercializados junto do público.

#### ARTIGO 4.º (Dever de assistência)

1. As instituições financeiras devem prestar aos clientes informações adequadas e completas sobre a correcta utilização dos produtos e serviços oferecidos, possibilitando a avaliação da adaptação do contrato proposto às suas necessidades e situação financeira.

#### ARTIGO 5.º (Outros deveres)

Os contratos celebrados entre as instituições financeiras e os seus clientes devem conter toda a informação referente aos termos e condições aplicáveis aos produtos, ser redigidos de forma clara e concisa, devendo a instituição financeira fornecer ao cliente um exemplar do contrato e outros comprovativos relacionados com as operações realizadas.

#### ARTIGO 6.º (Cumprimento dos deveres)

1. Os deveres gerais, acima estabelecidos, devem ser igualmente observados sempre que as instituições financeiras prestarem os seus serviços por intermédio de terceiros.

#### ARTIGO 7.º (Preçário)

1. O Preçário é composto pela Tabela de Comissões e Despesas e pela Tabela de Taxas de Juro, sendo os seus campos preenchidos conforme o leque de operações compreendidas no objecto de actividade da respectiva instituição financeira.

2. A informação referida no n.º 1 do presente artigo deve permitir conhecer, nomeadamente:

- a) O valor máximo de todas as comissões exigíveis aos clientes;
- b) O valor indicativo das principais despesas;
- c) As taxas representativas praticadas pelas instituições financeiras nas operações mais habituais e as convenções mais relevantes com efeitos patrimoniais, nomeadamente, data-valor e data de disponibilização relativas à movimentação de conta de depósito, o número de dias subjacentes ao cálculo dos juros e ao arredondamento da taxa de juro;
- d) A Taxa Anual de Encargos Efectiva Global (TAEG), que resulte da realização das operações de crédito

3. O Banco Nacional de Angola fixará, por Instrutivo, os quadros que compõem as tabelas referidas no n.º 1 do presente artigo, o modo de preenchimento dos mesmos e os procedimentos que as instituições financeiras devem seguir para efeitos de divulgação pública e reporte ao Banco Nacional de Angola.

#### ARTIGO 8.º

##### (Dever de informação no âmbito da divulgação do Preçário)

1. As instituições financeiras devem manter o seu Preçário organizado, nos termos do artigo anterior, em todos os balcões e locais de atendimento ao público, em lugar bem visível e de acesso directo, em dispositivo de consulta fácil e directa, incluindo a publicação com recursos e meios electrónicos.

2. As instituições financeiras devem disponibilizar o Preçário completo e actualizado nos seus sítios da Internet, em local bem visível, de acesso directo e de forma facilmente identificável, sem necessidade de registo prévio pelos interessados.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, sempre que as instituições financeiras se relacionem com os seus clientes através de meios de comunicação à distância, as informações relativas às condições gerais com efeitos patrimoniais dos produtos e serviços financeiros comercializados, desse modo, devem ser disponibilizadas em tempo útil e previamente à sua vinculação a uma proposta ou a um contrato.

4. Sempre que as instituições financeiras prestarem os seus serviços por intermédio de terceiros, devem disponibilizar aos seus clientes o Preçário completo e actualizado das operações que praticam em local bem visível e de acesso directo, de forma facilmente identificável e em tempo útil.

#### ARTIGO 9.º

##### (Outros deveres de informação)

1. A divulgação do Preçário não isenta as instituições financeiras do cumprimento de outros deveres de informação fixados em diplomas legais ou regulamentares, a prestar aos clientes previamente à aquisição de qualquer produto ou prestação de serviço financeiro.

2. Nos termos da Lei e regulamentação em vigor, sempre que nos contratos celebrados com clientes, seja conferido às instituições financeiras o direito de modificar por sua iniciativa as condições contratuais através da alteração do Preçário, devem aquelas comunicar aos respectivos clientes o teor dessas alterações, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias

relativamente à data pretendida para a sua aplicação, sem prejuízo dos prazos legais ou regularmente fixados.

3. Sem prejuízo do disposto na Lei ou regulamentos em vigor, as instituições financeiras devem assegurar que a informação prestada, nos termos do número anterior, permite aos clientes identificar e aceitar as condições que foram objecto de alteração.

#### ARTIGO 10.º

##### (Tabela de Comissões e Despesas)

1. A Tabela de Comissões e Despesas deve conter a informação actualizada de todas as comissões exigíveis aos clientes relativamente aos produtos e serviços financeiros comercializados pelas instituições financeiras.

2. Devem ainda ser incluídas nesta tabela o valor indicativo das principais despesas.

3. O Preçário de cada instituição financeira será também objecto de divulgação pelo Banco Nacional de Angola no Portal do Consumidor de Produtos e Serviços Financeiros.

4. As instituições financeiras apenas podem cobrar aos seus clientes as comissões que estejam expressamente previstas na Tabela de Comissões e Despesas que disponibilizam ao público, nos termos do presente Aviso.

5. As instituições financeiras não podem cobrar quaisquer valores a título de comissões superiores aos previstos na respectiva Tabela de Comissões e Despesas.

#### ARTIGO 11.º

##### (Tabela de Taxas de Juro)

1. As informações constantes na Tabela de Taxas de Juro devem ser actualizadas de acordo com as condições de mercado, permitindo ao público conhecer as taxas representativas, aplicadas pelas instituições financeiras nas operações que habitualmente praticam.

2. A tabela de Taxas de Juro deve ainda conter os seguintes elementos:

- a) A taxa de juro preferencial, sempre que esta seja utilizada pela instituição, na sua prática comercial;
- b) Os indexantes utilizados nas operações de crédito e de depósito com taxa variável, identificados pelas respectivas designações.

#### ARTIGO 12.º

##### (Informações complementares)

1. As informações complementares abrangem os elementos mencionados na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do presente Aviso.

2. No que respeita à data-valor e à data de disponibilização de valores creditados em contas de depósito à ordem, a obrigação de publicitação, através da Tabela de Comissões e Despesas, abrange, nomeadamente, as seguintes operações:

- a) Depósitos em numerário, efectuados nos balcões;
- b) Depósitos de valores sobre a própria instituição ou instituições financeiras diferentes;
- c) Transferências intrabancárias e interbancárias;
- d) Remessas de valores;
- e) Valores à cobrança ou operações que envolvam a liquidação de fundos entre instituições financeiras;
- f) Operações de desconto.



3. As indicações relativas às convenções subjacentes ao cálculo dos juros e ao arredondamento das taxas de juro utilizadas pelas instituições financeiras devem ser apresentadas na Tabela de Taxas de Juro.

**ARTIGO 13.º**  
(Envio do Preçário)

1. As instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola, nos termos a fixar por Instrutivo, o Preçário das operações por elas praticadas.

2. Sempre que sejam efectuadas alterações ao conteúdo do Preçário referido no número anterior, as instituições financeiras devem, igualmente, enviar ao Banco Nacional de Angola o Preçário das operações, devidamente alterado, com uma antecedência mínima a fixar através de Instrutivo.

3. Após o envio do Preçário das operações alterado nos termos do número anterior, as instituições devem na data pretendida para a aplicação dessas alterações, assegurar a actualização do Preçário em todos os canais de divulgação do mesmo.

4. As instituições financeiras são responsáveis, perante o Banco Nacional de Angola e perante terceiros, pela exactidão, veracidade e actualidade da informação prestada no Preçário.

**ARTIGO 14.º**  
(Cumprimento do dever de informação)

1. Compete às instituições financeiras a prova do efectivo cumprimento dos deveres de informação previstos no presente Aviso.

2. As instituições financeiras podem cumprir os deveres de informação previstos no n.º 3 do artigo 5.º, mediante a prestação de informação em papel e/ou em qualquer outro suporte duradouro, excepto se o cliente solicitar, de forma expressa, a prestação de informação em papel.

3. As informações referidas no n.º 2 do artigo 9.º devem ser prestadas aos clientes através do suporte e meio de comunicação contratualmente acordado, ou, na ausência de disposição contratual, através do suporte e do meio habitualmente utilizado, salvo se o cliente autorizar, de forma expressa, a alteração do suporte e do meio de comunicação a ser utilizado para o efeito.

4. As instituições financeiras devem informar os seus clientes sobre a obrigatoriedade de comunicação de quaisquer alterações dos seus meios de contacto, para assegurar que os mesmos recebam, efectivamente, as informações referidas nos números anteriores.

5. As instituições financeiras devem efectuar as actualizações necessárias decorrentes da informação recebida, de acordo com o número anterior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da sua recepção.

**ARTIGO 15.º**  
(Regime transitório)

Para permitir a adequação ao novo formato de apresentação do preçário, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 4.º, ambos do presente Aviso, é concedido às instituições financeiras o prazo de 60 dias, a contar da data de entrada em vigor do presente Aviso.

**ARTIGO 16.º**  
(Infracções)

A violação ao disposto no presente Aviso é punível nos termos da Lei das Instituições Financeiras.

**ARTIGO 17.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitarem na interpretação e aplicação do presente Aviso são resolvidas pelo Banco Nacional de Angola.

**ARTIGO 18.º**  
(Norma revogatória)

Ficam revogadas todas as disposições que contrariem o disposto no presente Aviso.

**ARTIGO 19.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Aviso entra em vigor 30 dias após a sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 20 de Março de 2014.

O Governador, *José de Lima Massano*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Despacho n.º 716/14**  
de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1.º — São subdelegados ao Secretário Geral, Américo Miguel da Costa, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura dos contratos de adesão para a prestação de serviços que vinculam as empresas Bloomberg Finance L.P. e a Business Monitor International, no valor de USD 90.000,00 e USD 14.710,00, respectivamente.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 717/14**  
de 28 de Março

Considerando que estão satisfeitas as condições e critérios para a prévia autorização da constituição de uma seguradora, previstos na Lei n.º 1/00 - Lei Geral da Actividade Seguradora, de 3 de Fevereiro, nomeadamente no seu n.º 1 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 22.º, bem como as demais condições exigíveis

no artigo 1.º do Decreto Executivo n.º 5/03, de 24 de Janeiro, sobre as Regras e Procedimentos dos pedidos de autorização;

Considerando as condições legalmente fixadas para o funcionamento das seguradoras, no âmbito do Regime Especial de Co-seguro, nomeadamente no n.º 4 do artigo 40.º da supracitada Lei n.º 1/00 e no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto n.º 6/01, de 2 de Março, sobre o Resseguro e Co-seguro;

Considerando o Regime Especial de Investimento previsto no artigo 4.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do artigo 3.º da Lei n.º 1/00, Lei Geral da Actividade Seguradora, determino:

1. É autorizada a constituição da Sociedade Seguradora «BIC Seguros, S. A.», a qual deve processar-se até ao Registo Especial na Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros para poder iniciar a sua actividade, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 1/00 — Lei Geral da Actividade Seguradora e do artigo 3.º do Decreto Executivo n.º 5/03.

2. A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros remeterá à Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) os elementos requeridos do presente Projecto de Investimento, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 20/11, Lei do Investimento Privado, acompanhados do presente Despacho publicado, o qual é título bastante para que os subscritores do Projecto implementem todas as acções legais junto das Instituições e Organismos Oficiais no sentido da constituição efectiva da Seguradora.

3. Ao abrigo do artigo 2.º do Decreto Executivo n.º 74/07, de 29 de Junho, e com referência ao Resseguro e ao Co-Seguro, esta Seguradora apenas participa do Regime Especial de Co-seguro após a apresentação do primeiro relatório e contas do exercício anual completo, com a demonstração de que os critérios de solvabilidade estão satisfeitos.

4. Ao abrigo do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto n.º 6/01, de 2 de Março, conjugado com a Resolução n.º 10/91, da Assembleia Nacional, de 18 de Maio, que aprova o «Acordo Constitutivo da Sociedade Africana de Resseguros», AFRICA-RE, é obrigatória a cedência da percentagem fixada no âmbito das responsabilidades de Resseguro à referida Resseguradora Africana.

5. As dúvidas e omissões emergentes da aplicação e interpretação deste Despacho são resolvidas pelo Ministro das Finanças, ouvido a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

### **Despacho n.º 718/14**

de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas das alíneas d) e l) do n.º 1, artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 14/11, de 10 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional das Alfândegas, determino:

1. Por conveniência de serviço, é dada por finda a comissão de serviço que Anlide Muvuma Pacheco Lufungula, Técnico Verificador Aduaneiro de 3.ª Classe, da Carreira Técnica Verificadora das Alfândegas, vinha exercendo no cargo de Chefe da Delegação Aduaneira de Katwitwi, do Serviço Regional das Alfândegas do Namibe.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 5 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

### **Despacho n.º 719/14**

de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e da alínea d), do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Helga Portelinha Fortes da Silva Gomes, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe da Direcção de Organização e Tecnologias de Informação, colocada na Direcção Nacional de Impostos, em regime de destacamento.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

### **Despacho n.º 720/14**

de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas das alíneas d) e l) do n.º 1, artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 14/11, de 10 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional das Alfândegas, Determino:

1. É Gilberto Mateus Senga, Técnico Verificador Aduaneiro de 3.ª Classe, da Carreira Técnica Verificadora das Alfândegas, nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe da Delegação Aduaneira de Katwitwi, adstrita ao Serviço Regional das Alfândegas do Namibe.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 5 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 721/14**  
de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas das alíneas d) e l) do n.º 1, artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 14/11, de 10 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional das Alfândegas, determino:

1. É Simão Dianguini, Técnico Superior Aduaneiro de 2.ª Classe, da Carreira Técnica Superior das Alfândegas, nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe do Departamento de Navegação e Controlo Aduaneiro do Serviço Regional das Alfândegas do Lobito.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 5 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 722/14**  
de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas das alíneas d) e l) do n.º 1, artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 14/11, de 10 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional das Alfândegas, determino:

1. É Inácio Morão, Técnico Superior Aduaneiro de 2.ª Classe, da Carreira Técnica Superior das Alfândegas, nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe do Departamento Técnico do Serviço Regional das Alfândegas do Lobito.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 5 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 723/14**  
de 28 de Março

Considerando que o funcionário Miguel Manuel Constantino Pereira solicitou a transferência prevista pelo artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, de acordo com as disposições combinadas do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e k) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Miguel Manuel Constantino Pereira, Técnico Superior de 2.ª Classe, transferido da Direcção Nacional de Contabilidade Pública para a Direcção Nacional dos Orçamentos Locais.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 7 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 724/14**  
de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas das alíneas d) e l) do n.º 1, artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 14/11, de 10 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional das Alfândegas, determino:

1. É Anlide Muvuma Pacheco Lufungula, Técnico Verificador Aduaneiro de 3.ª Classe, da Carreira Técnica Verificadora das Alfândegas, nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe da Delegação Aduaneira de Santa Clara, adstrita ao Serviço Regional das Alfândegas do Namibe.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 5 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 725/14**  
de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Francisco Manuel Chitula Muriata, com a categoria de Motorista de Ligeiros Principal, transferido do Governo da Província da Lunda-Sul para a Delegação Provincial de Finanças da Lunda-Sul.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Março de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 726/14**  
de 28 de Março

Por conveniência de serviço público;

Tendo saído inexacto o meu Despacho de 10 de Dezembro de 2013, através do qual é transferida Cármen Faustina Saveia Pereira Inglês, Técnica de 3.ª Classe, dos Serviços Prisionais para a Direcção Nacional de Impostos, nos termos do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho;

Havendo necessidade de se proceder à correcção do teor do n.º 1 do Despacho em referência, determino:

1. Onde se lê:

«É Cármen Faustina Saveia Pereira Inglês, Técnica Superior de 3.ª Classe, transferida dos Serviços Prisionais para o Ministério das Finanças, com colocação na Direcção Nacional de Impostos».

Passa a ler-se:

«É Cármen Faustina Saveia Pereira Inglês, Técnica de 3.ª Classe, transferida dos Serviços Prisionais para o Ministério das Finanças, com colocação na Direcção Nacional de Impostos».

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 727/14**  
de 28 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do n.º 2 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Ana Maria Luís Francisco Trindade, Técnica Média Principal de 3.ª Classe, reintegrada no quadro de pessoal do Ministério das Finanças, com colocação na Direcção Nacional de Contabilidade, após término de licença ilimitada.

2. Este Despacho produz efeitos a partir de 11 de Dezembro de 2012.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

**Despacho n.º 728/14**  
de 28 de Março

Havendo necessidade de contratação de serviços para o Acompanhamento e Fiscalização da Construção de Infra-Estruturas no âmbito do Projecto de Requalificação da Ombala do Reino do Bailundo;

Considerando existir dotação orçamental para o efeito e preenchidos os requisitos legais necessários para efeitos de autorização da contratação dos referidos serviços;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, através do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da competência que me é atribuída pela alínea b) do n.º 1, Anexo II, de acordo com o disposto no artigo 25.º da Lei da Contratação Pública, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Decisão de contratar)

É aberto o Procedimento Concursal Limitado sem Apresentação de Candidaturas para o Acompanhamento e Fiscalização da Construção de Infra-Estruturas no âmbito do Projecto de Requalificação da Ombala do Reino do Bailundo.

**ARTIGO 2.º**  
(Escolha do procedimento)

Para a contratação dos serviços indicados no artigo anterior adopta-se o Procedimento Concursal Limitado sem Apresentação de Candidaturas, nos termos do artigo 25.º, alínea b), da Lei da Contratação Pública, tendo em conta a natureza dos serviços a serem prestados, estabelecido de acordo com os relatórios existentes sobre o assunto, a experiência de trabalhos similares e o disposto na Lei da Contratação Pública, aprovada pela Lei n.º 20/10, de 7 Setembro.

**ARTIGO 3.º**  
(Autorização da despesa)

Tendo em conta o disposto do artigo 31.º da Lei da Contratação Pública da decisão de contratar, o valor estimado para contratação nos limites de competência para autorização de despesas inerentes aos Ministros, prevista nos artigos 31.º e 34.º dessa mesma lei.

**ARTIGO 4.º**  
(Prazo)

O Procedimento de Concurso ora iniciado deve ser concluído no prazo máximo de 45 dias.

ARTIGO 5.º  
(Comissão de Avaliação)

Considerando, por fim, que nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei da Contratação Pública, Lei n.º 20/10, de 7 Setembro, a condução dos procedimentos de contratação deve ser realizada por uma Comissão de Avaliação, torna-se imperativa a sua constituição.

Para efeitos do disposto supra referido é criada uma Comissão de Avaliação coordenada por Nazário Vilhena e integra Carlos Baptista e Pedro Eugando como membros efectivos. Como membros suplentes são nomeados Carlos Teixeira Brito e Alemerinda Pinheiro.

A Comissão ora criada tem a competência de receber as propostas, conduzir o Acto Público, apreciar as propostas, realizar os actos de audiência prévia, elaborar relatórios de apreciação e análise das propostas apresentadas e outras disposições constantes dos artigos 42.º, 43.º e 44.º, todos da Lei da Contratação Pública.

Cumpra-se.

Luanda, aos 24 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

**Despacho n.º 729/14**  
de 28 de Março

Havendo necessidade de contratação de serviços para Desenvolvimento e Implementação do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território (SIIGAT);

Considerando existir dotação orçamental para o efeito e preenchidos os requisitos legais necessários para efeitos de autorização da contratação dos referidos serviços;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, através do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da competência que me é atribuída pela alínea a) do n.º 1, Anexo II, de acordo com o disposto no artigo 25.º da Lei da Contratação Pública, determino:

ARTIGO 1.º  
(Decisão de contratar)

É aberto o Procedimento Concursal Limitado por Prévia Qualificação para o Desenvolvimento e Implementação do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território (SIIGAT).

ARTIGO 2.º  
(Escolha do procedimento)

Para a contratação dos serviços indicados no artigo anterior adopta-se o Procedimento Concursal Limitado por Prévia Qualificação, nos termos do artigo 25.º, alínea a), da Lei da Contratação Pública, tendo em conta a natureza dos serviços a serem prestados, estabelecido de acordo com os relatórios existentes sobre o assunto, a experiência de trabalhos similares e o disposto na Lei da Contratação Pública, aprovada pela Lei n.º 20/10, de 7 Setembro.

ARTIGO 3.º  
(Autorização da despesa)

Tendo em conta o disposto do artigo 31.º da Lei da Contratação Pública da decisão de contratar, o valor estimado para contratação nos limites de competência para autorização

de despesas inerentes aos Ministros, prevista nos artigos 31.º e 34.º dessa mesma lei.

ARTIGO 4.º  
(Prazo)

O Procedimento de Concurso ora iniciado deve ser concluído no prazo máximo de 45 dias;

ARTIGO 5.º  
(Comissão de Avaliação)

Considerando, por fim, que nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei da Contratação Pública, Lei n.º 20/10, de 7 Setembro, a condução dos procedimentos de contratação deve ser realizada por uma Comissão de Avaliação, torna-se imperativa a sua constituição.

Para efeitos do disposto supra referido é criada uma Comissão de Avaliação coordenada por Nazário Vilhena e integra Carlos Teixeira Brito e Carlos Jesus Baptista como membros efectivos. Como membros suplentes são nomeados Daniel Lucas e Dorca da Glória.

A Comissão ora criada tem a competência de receber as propostas, conduzir o Acto Público, apreciar as propostas, realizar os actos de audiência prévia, elaborar relatórios de apreciação e análise das propostas apresentadas e outras disposições constantes dos artigos 42.º, 43.º e 44.º, todos da Lei da Contratação Pública.

Cumpra-se.

Luanda, aos 24 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

**Despacho n.º 730/14**  
de 28 de Março

Tendo Timóteo Pedro, Chefe de Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística, colocado na Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos do Kwanza-Sul, atingido 60 anos de idade;

Existindo a necessidade de se estabelecer os procedimentos para a aposentação do referido funcionário público, de acordo com o Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho, sobre a protecção na velhice através da atribuição da pensão de reforma por velhice;

No uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — Sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, e a Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro — Lei de Bases da Protecção Social, determino:



É Timóteo Pedro, Chefe de Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística, colocado na Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos do Kwanza-Sul, desvinculado por limite de idade, nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

**Despacho n.º 731/14**  
de 28 de Março

Tendo Edgar Pinto Leitão da Silva solicitado uma licença por doença, por motivos de saúde;

Por conveniência de serviço e no uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, determino:

É concedida licença por doença, sem perda de remuneração, a Edgar Pinto Leitão da Silva, 2.º Ajudante de Conservador, colocado na Conservatória dos Registos do Município da Chibia, por um período de 3 meses, com efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

**Despacho n.º 732/14**  
de 28 de Março

Tendo Delfina Graciosa Camulombo, 2.ª Ajudante de Notário, solicitado a revogação da licença ilimitada, por motivos pessoais;

No uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

É revogada a licença registada concedida a Delfina Graciosa Camulombo, a seu pedido, a qual havia sido autorizada por Despacho n.º 105/GMJDH/2013, de 21 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

**Despacho n.º 733/14**  
de 28 de Março

Tendo Gabriel Macosso, Dactiloscopista de 2.ª Classe, desvinculado em virtude de lhe ter sido levantado um auto de abandono de lugar;

No uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e

do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o n.º 1 do artigo 33.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, determino:

É Gabriel Macosso, Dactiloscopista de 2.ª Classe, colocado no BUE da Província de Cabinda, desvinculado em virtude de lhe ter sido levantado um auto de abandono de lugar.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Despacho n.º 734/14**  
de 28 de Março

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de Docentes afectos à Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia do Porto Amboim da Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

1. Agostinho Fabrício Paulino — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12380060, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Comissário Ngongo», Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.
2. Albertino Lopes — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11991229, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Tango, Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.
3. Ana Cafranca Januário — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 4.º Escalão, Agente n.º 18027216, colocada na Escola do Ensino Primário «Augusto Ngangula», Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.
4. Conceição Albino Caetano — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 3.º Escalão, Agente n.º 18037498, colocada na Escola do Ensino Primário «Augusto Ngangula», Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.
5. Jacinto Pascoal José António — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 06345065, colocado na Escola do Ensino Primário do Bairro Lila, Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

6. João José Inácio — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, Agente n.º 18036429, colocado na Escola do Ensino Primário «1.º de Junho», Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

7. Judite João da Cunha — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11352038, colocada na Repartição Municipal do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

8. Maria de Lurdes Correia de Carmo — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11992559, colocada na Escola do Ensino Primário «22 de Novembro», Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

9. Maria Luzia Fernando Joaquim João Marcolino — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 07813545, colocada na Escola do Ensino Primário «Augusto Ngangula», Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

10. Nilton de Jesus Pascoal Inácio Filipe — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11670028, colocado na Escola do Ensino Primário do Cassange, Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

11. Victorino José Marcolino Bastos — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 07813462, colocado na Escola do Ensino Primário José Sabino, Município do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

**Despacho n.º 735/14**  
de 28 de Março

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de Docentes afectos à Direcção Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia da Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

1. António Tomé Pinto — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11670413, colocado na Direcção Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia do Kwanza-Sul.

2. Dira Manuel Fernandes — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12000608, colocada na Direcção Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia do Kwanza-Sul.

3. Henriques Lucas Raúl Diogo — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11666498, colocado na Direcção Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

**Despacho n.º 736/14**  
de 28 de Março

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de Docentes afectos à Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia da Cella na Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

1. António Duarte — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 18074230, colocado na Escola Primária n.º 82, Comuna Sede, Município da Cella, Província do Kwanza-Sul.

2. Ferreira Augusto — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 06381411, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário do Waku Kungo, Município da Cella, Província do Kwanza-Sul.

3. Filipe João Kahango — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 06381463, colocado na Escola Primária do Bairro de Umbongue, Comuna de Kissanga Kungo, Município da Cella, Província do Kwanza-Sul.

4. Manuel Cassola Caterça — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 18074588, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Dr. Agostinho Neto», Município da Cella, Província do Kwanza-Sul.

5. Mateus Mário Maneco Trigo — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 18072075, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário do Waku Kungo, Município da Cella, Província do Kwanza-Sul.

6. Raimundo Domingos — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 06383870, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Dr. Agostinho Neto», Município da Cella, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

**Despacho n.º 737/14**  
de 28 de Março

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de Docentes afectos à Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia do Sumbe, na Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

1. Adelina Baltazar Catarino — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 79018285, colocada na Escola do Ensino Primário «José Martí», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
2. Alice Naculembe da Costa Ucueiongo — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11359595, colocada na Escola do Ensino Primário n.º 411, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
3. António Feliciano Domingos Lisboa — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 12373686, colocado na Escola do Ensino Primário da Paróquia da Boa Nova, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
4. Armando Fernando — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 18029234, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «2 de Março», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
5. Domingos Filipe Espelho — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 08755219, colocado na Escola do Ensino Primário e do II Ciclo do Ensino Secundário do «E-15», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
6. Emília Gomes Albino Correia — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11665978, colocada na Escola do Ensino Primário «16 de Junho», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
7. Gerson Dinis Morais Cassoma — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11666280, colocado na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário «14 de Abril», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
8. Irene Clementina das Neves — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 10945010, colocada na Escola do Ensino Primário «Heróis do 25 de Março», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
9. Joaquim Alberto Augusto de Almeida — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do

8.º Escalão, Agente n.º 11666802, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Comandante Kassanje», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

10. Luísa Maria da Conceição — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 07811165, colocada na Escola do Ensino Primário «José Martí», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
11. Maria Filomena António Francisco — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12377804, colocada na Escola do Ensino Primário «16 de Junho», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
12. Suzete Nambundo da Costa Paulino Carvalho — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 07812385, colocada na Escola do Ensino Primário n.º 324, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.
13. Tiago Filipe Narciso — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11668066, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Comandante Kassanje», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

**Despacho n.º 738/14**  
de 28 de Março

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de Docentes afectos à Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia da Kilenda, na Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

Madalena Esperança Vinevala — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12372899, colocada na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário «Deolinda Rodrigues», Município da Kilenda, Província do Kwanza-Sul.

Melo Sabino — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 11676404, colocado na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário «Deolinda Rodrigues», Município da Kilenda, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.